



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 05/16

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 28 DE
NOVEMBRO DE 2016**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezasseis, na freguesia de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Fernando Manuel Catum Leiria, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, João Ladislau Teles de Matos, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Henrique Infante da Câmara, Sérgio Miguel Pratas Duarte e Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade.

Pelo Partido Socialista:

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares e Maria Amélia Martins Faria dos Santos.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Pedro Miguel Tarú Canteiro e Patrícia Pinto Felizes Figueira

Pelo Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

- Rui Manuel da Graça Santa, devido a falecimento de um familiar, tendo sido substituído por Miriam Boieiro.

Em sequência, o presidente da Assembleia Municipal propôs Paula Alexandra Ferrão Pereira para o lugar de 2.º secretário da Mesa, o que foi aceite.

- Luís Manuel Teopisto Cardoso, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Luís Miguel Maia.

- João Manuel Alves Nunes do Valle, por motivo de saúde, tendo sido substituído por Pedro Louro, em virtude de Maria da Graça Cabral também não poder comparecer por motivos profissionais.

- Mário Luís Pintado Alves, por motivos de ordem profissional, tendo sido substituído por João Ricardo Figueiredo Lopes.

- Manuel Carlos Bento Fradiano, por motivo de saúde.

As justificações de falta foram aceites.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Francisco José da Fonseca Giro e Vasco André Marques Pinto.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia colocou à discussão a seguinte ata:

- Ata da sessão de 22 de setembro de 2016:

Na discussão, Luiz Batista informou que não se revê no texto, nomeadamente no referido nas páginas 6, 7 e 10. Pelo facto, solicitou através de requerimento verbal à Mesa, a cedência da gravação da referida sessão.

O presidente da Assembleia esclareceu que Henrique da Câmara solicitou que a sua intervenção ficasse transcrita em ata, o que aconteceu.

O presidente da Assembleia propôs então, que a aprovação da mesma fique para posterior sessão, o que foi aceite.

Ao abrigo da alínea e) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista solicitou esclarecimento sobre:

- Os terrenos da antiga DRAGAPOR, que se encontram degradados e a servir para atividades marginais e também que se proceda ao corte de sebes que envolvem o espaço.

- Situação da pista de manutenção junto ao parque do Batel.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 17.º do regimento, registaram-se as seguintes intervenções:

- Natacha Patinha, em nome da CDU, apresentou uma Saudação aos “40 Anos do Poder Local Democrático”.

Submetida à discussão, Natacha Patinha salientou ainda que ao fim de 40 anos, nunca como nos últimos anos (durante o governo PSD/CDS-PP), o Poder Local Democrático foi tão ofendido, com os constrangimentos orçamentais que muito afetaram os municípios mais pequenos, como é o caso de Alcochete, frisando que neste caso, todos os autarcas conseguiram, dentro do possível, realizar um excelente trabalho.

Luiz Batista afirmou que o Poder Local Democrático tem sido no país, o motor de desenvolvimento, como é referido na moção.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

- Fábio Bernardo, em nome da CDU, apresentou um Voto de Pesar sobre “ Falecimento de Fidel Castro”.

Submetido à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Pedro Canteiro:

Para a bancada do CDS-PP, Fidel Castro foi um ditador, um inimigo da liberdade. Geriu Cuba com mão de ferro, calou a oposição e a liberdade de imprensa e por isso questionam como se pode elogiar um ditador?

A bancada lamenta a morte do ser humano, mas não o absolvem dos seus crimes.

- Luiz Batista:

Não tem dúvidas de que Fidel Castro foi um ditador. Este eliminou uma ditadura de direita, mas criou a de esquerda que foi tão gravosa como a do general Batista.

A bancada tem respeito pela pessoa, mas não branqueia o que fez em vida, como ditador e tirano e repudiou os termos em que o Voto de Pesar é apresentado.

- Fábio Bernardo:

Entende que seria irónico que os anteriores oradores estivessem de acordo com o Voto de Pesar (atendendo aos ideais), mas não deixou de reparar que Pedro Canteiro trouxe para a sessão um documento escrito como resposta a um Voto de Pesar que nem sabia que iria existir.

A revolução em Cuba foi a de libertação de um povo da ditadura de Batista, elogiando assim, todos os esforços do povo cubano para ultrapassar o embargo económico entre outras coisas e realçou os serviços de saúde e de educação que são gratuitos para toda a população.

- Fernando Leiria:

Em seu entender, os mais novos não sabem o que é uma revolução e ainda menos sabem ex-militares, que de política não sabiam nada, ou melhor, alguns sabiam, por isso fizeram o 25 de Abril.

Ditadura é o que a Comunidade Europeia nos retira de bens sociais a toda a hora e não a que tem manuais escolares de graça e alto nível de investigação na saúde.

Lamentou que a presidente do CDS-PP tenha gozado com a morte de Fidel Castro e parafrazeando este disse: “Hoje não há nenhuma criança com fome em Cuba, mas há no mundo muitas crianças com fome”.

Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com 15 votos a favor da CDU, 3 abstenções do PS e 5 votos contra do CDS-PP e PSD.

- João Lopes, em nome do CDS-PP, apresentou um Voto de Louvor à Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898”.

Submetido à discussão e votação, foi aprovado por unanimidade.

O presidente da Assembleia Municipal propôs e foi aceite, o envio à coletividade, em nome da Assembleia Municipal de Alcochete.

- Iolanda Nunes, em nome do PS, apresentou uma proposta de Moção sobre “Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra Mulheres”.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

O presidente da Câmara, sucintamente, afirmou:

Congratular-se com a apresentação da moção sobre os 40 anos do Poder Local Democrático e com a sua aprovação por unanimidade. Sendo o poder mais próximo do povo é o que mais contribuiu decisivamente para a elevação do bem-estar das populações e para o aprofundamento da democracia.

Uma vez mais, voltou a explicar a situação dos antigos terrenos da DRAGAPOR, objeto de assunto em outras sessões. A situação mantém-se; os terrenos pertencem à Administração do Porto de Lisboa e apesar de já terem havido várias reuniões entre a Câmara Municipal e o Conselho de Administração da empresa para prevenir o que poderia acontecer no futuro, a verdade, é que se veio a concretizar a vandalização e abandono das instalações, quando reiteradamente foram solicitadas para instalar os serviços de Desporto da Câmara.

Porém, em conversações mantidas com a APL esta estará disponível para a construção de um programa conjunto de utilização dos referidos terrenos (que integram em parte o domínio privado do município,) virado para o lazer, visando o turismo como uma atividade económica, fundamental para o concelho de Alcochete.

Mais esclareceu, que o circuito de manutenção do Batel, há já vários anos que não é utilizado e como tal, nem sequer está a ser equacionado qualquer intervenção, servindo no momento, para depósito de inertes. De facto, este perdeu a centralidade para a prática desportiva que há cerca de 20 anos possuía.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram pedidos de intervenção.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite, tendo de seguida sido retomados os trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Colocado à discussão não se registaram intervenções.

PONTO 2 – CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS – RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA RELATIVA AO 1.º SEMESTRE DE 2016

Submetido à discussão, Iolanda Nunes, solicitou esclarecimentos sobre o que são proveitos e ainda a confirmação da verba referida na conclusão do ponto 8 inserida na página 22 do documento.

O presidente da Câmara, com a autorização do presidente da Assembleia Municipal, solicitou que os esclarecimentos fossem prestados pela Dr.ª Cláudia Santos, o que aconteceu.

PONTO 3. – MOÇÃO “REQUALIFICAÇÃO URGENTE DA ESCOLA E.B.2,3 EL-REI D. MANUEL I DE ALCOCHETE”

O presidente da Assembleia Municipal, informou que a Mesa reuniu e entendeu que a moção aprovada pela Câmara tem pouca força, pelo que propõem algumas alterações, basicamente na parte final do texto.

Submetida à discussão, Iolanda Nunes, afirmou que esta moção defende a escola e vai de encontro a tudo o que a esquerda defende.

Mais disse, que a bancada do PS tem envidado esforços junto da Assembleia da República e dos deputados eleitos pelo círculo de Setúbal, no sentido de que a escola seja requalificada o mais rapidamente possível, lembrando contudo, o total desinvestimento por parte do governo PSD/CDS-PP, nos espaços escolares, sendo esta escola exemplo disso.

Da sua experiência pessoal (é professora), informou que está a dar aulas em monoblocos porque a construção da escola onde leciona ficou a meio.

Referiu também, que quando viu a apresentação desta moção, o seu primeiro impacto é que seria apresentada pela CDU, mas quando viu que era do CDS-PP, esclareceu que isto só tem paralelo com o apoio que foi prestado pelo CDS-PP há cerca de uma ou duas semanas aos professores efetivos, do quadro, cujos vencimentos estão congelados no terceiro ou no quinto escalão e que só é possível porque estão neste momento na oposição.

- Pedro Louro:

Afirmou que a bancada do PSD votava a favor esta moção, apesar de não saber se ela peca por tardio e algum desconhecimento, porque o PSD de Alcochete tomou diligências junto do Ministério da Educação, nomeadamente na DGESTE, que permitiu que há dois anos atrás, fossem substituídas as coberturas de dois pavilhões que se encontravam degradadas e metiam água.

Estranha que o Agrupamento Vertical de Escolas, na pessoa do seu presidente em 2007, não tenha dado atenção às preocupações na escola, assim como que Alcochete nunca tenha sido contemplada com nada. Também não entende o motivo que levou à apresentação desta moção nesta sessão, porque a escola não se degradou apenas no Governo PSD/CDS-PP.

- Natacha Patinha:

Referiu que também foi com alguma estranheza que a bancada da CDU teve conhecimento da moção aprovada por unanimidade, em reunião de Câmara e não por maioria, como CDS-PP fez questão de divulgar publicamente nas redes sociais (apesar de acreditar que foi por lapso).

A surpresa não é pelo assunto em si, dado ser conhecimento de professores, auxiliares, Agrupamento de Escolas, comunidade em geral e do executivo que fez diligências junto de outras entidades, para que a escola fosse requalificada. O CDS-PP esteve no governo nos últimos quatro anos e sempre ignorou este assunto. A surpresa é pelo facto de só agora o vereador do CDS-PP a apresentar, dado que o assunto não é novo, pelo que a apresentação se deve ao facto de o vereador apenas se ter lembrado agora, ou então será por motivos eleitoralistas.

Frisou que muito se poderia ter feito com o dinheiro entregue pelo governo PSD/CDS-PP aos colégios privados em detrimento da manutenção das escolas públicas.

- Luiz Batista:

Corroborou que a escola tem necessidade absoluta de requalificação e informou que esta foi visitada por deputados do círculo de Setúbal para os sensibilizar para a situação, o que prova que a bancada sempre se interessou, contrariamente ao afirmado pela deputada da CDU.

Na sua opinião, a Câmara deveria ter assumido de forma voluntária o Acordo proposto pelo anterior Governo, como outras Câmaras fizeram e lembrou que há responsabilidades diretas do executivo, porque o mesmo fechou mais salas de aula do que as que abriu, quando o número de crianças subiu.

- Henrique da Câmara:

Propôs as seguintes alterações:

No 6.º parágrafo, onde se lê: “degradadas” deve ler-se “degradadas”; - No 10.º parágrafo deve eliminar-se “como” e no parágrafo 11.º onde se lê “DEGEST” deve ler-se “DEGESTE” e onde se lê “da Direção” deve ler-se “à diretora e ao presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Alcochete e à Associação de Pais da Escola E.B. 2,3 El-Rei D. Manuel I”.

Propôs também que a moção deveria ser remetida ao Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Alcochete.

As propostas de alteração foram aceites.

Também ficou surpreendido com o *timing* da apresentação da moção, mas mais vale tarde que nunca. Relembrando e como membro efetivo do Conselho Geral de Agrupamento de Escolas Consultou algumas atas de anos anteriores, verificando que já em maio e julho de 2014, a vereadora Susana Custódio informou o Conselho Geral de todas estas situações que na altura se debatiam, por via do projeto “Vamos todos mudar a escola” (que foi um *flop*).

Referiu também ter sido difícil ao Conselho Geral verificar a documentação solicitando a manutenção da escola por parte do Agrupamento de Escolas, porque não foram localizada.

Neste momento, a Câmara continua a aguardar autorização para a revisão da Carta Educativa, para poder passar a contemplar a construção de uma nova escola, tornando-se assim, difícil fazer qualquer coisa.

- Presidente da Câmara:

Teceu comentários ao texto da página oficial do CDS-PP, de 20 de maio de 2011, sobre a visita à escola de dois deputados deste partido, a qual refere que após reunião com alguns responsáveis da escola que alertaram para a falta de manutenção, terminaram a visita, foram embora e pelos vistos nunca mais se lembraram de Alcochete.

De facto, a situação da escola é transversal a variadíssimos governos e a Câmara já reivindicava a sua manutenção no então PIDDAC, mas foi sempre chumbado até com votos contra de deputados eleitos pelo círculo de Setúbal. Não é por isso de estranhar a degradação da mesma, que ficou ainda pior, quando a Câmara e o Agrupamento de Escolas definiram muito bem os limites das respetivas intervenções, sendo que no que a Câmara é responsável trata a Câmara. O parque escolar que é da responsabilidade e competência do Ministério da Educação é a este que compete a sua requalificação.

Com o atual Quadro Comunitário, responsabilidade do PSD e CDS-PP, não é possível apresentar candidaturas para a construção de novas escolas, o que é gravíssimo.

- Vereador Vasco Pinto:

Afirmou que recebe com agrado todas as alterações à moção, porque o mais importante é que a posição tenha força e seja aprovada por unanimidade, tal como aconteceu na Câmara.

Relativamente ao *timing* de apresentação da moção, seria sempre sujeito a crítica quer fosse apresentado agora ou noutra altura, contudo, não deixou de explicar que a apresentação da moção teve a ver com o facto de na sessão realizada no Vulcanense, o presidente da Câmara ter dito que toda a gente falava nas escolas básicas, mas ninguém falava da Escola D. Manuel I. Se a sua posição suscitou surpresa na bancada do PS, louva em saber que estão ativos e que ao fim de três anos tomam uma posição.

- Vereadora Susana Custódio:

Salientou que a escola foi inaugurada em 1984 e precisa de várias intervenções e não de ações de maquilhagem, que apenas servem de palco eleitoralista para algumas individualidades na praça pública. Fica demonstrado o que a política de direita defende para a escola pública: aos colégios privados entregam cheques chorudos e ao Poder Local Democrático entregam o que está degradado e que não têm condições para manter.

Realçou que foi com muito empenho e criatividade dos funcionários das escolas básicas que se conseguiu manter as condições mínimas e essenciais para o normal funcionamento destas.

Elencou as várias diligências efetuadas pela Câmara desde 2009 junto do Ministério da Educação e do delegado da DGESTE.

- Vereador Jorge Giro:

Entende que a visita feita à escola pelos deputados não teve qualquer consequência prática; a Câmara Municipal fez muito mais por esta escola – que não é da sua responsabilidade direta – do que todos os Governos que passaram pela República. Não continuou a fazer mais, por falta de capacidade, dados os cortes impostos pelo Governo PSD/CDS-PP, também na redução de trabalhadores.

Defendeu que cada um deve assumir as suas responsabilidades, porque tudo são opções políticas.

Submetida à votação com as alterações propostas, foi aprovada por unanimidade.

Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade após a votação, ausentou-se por motivos de saúde.

PONTO 4 – TOMADA DE POSIÇÃO “EM DEFESA DO SERVIÇO PÚBLICO DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NA PENÍNSULA DE SETÚBAL”

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Vereador Jorge Giro:

Referiu que tal como se esperava, aquilo que alguns pensavam ser uma mera possibilidade, na verdade, veio a acontecer (apesar dos diversos alertas da maioria CDU na Câmara e na Assembleia), ou seja a privatização dos serviços. A CDU que sempre pugnou e lutou pelo serviço público, tudo está a fazer para que a empresa EGF, versus AMARSUL (que detém 51% do capital social e os municípios 49%) com os processos que ainda existem em Tribunal, venham a ser decididos a favor dos municípios.

Recordou que o CDS-PP votou contra, quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, logo, se votam contra, não estão a defender os interesses da população.

Voltou a explicar todo o processo que conduziu à privatização dos serviços por parte do Governo PSD-CDS/PP (contrariando a grande parte dos municípios e revogando unilateralmente o Acordo firmado) que apenas visa o lucro, chamando a atenção para o facto de a empresa ao fim de seis meses ter distribuído de imediato os dividendos acumulados pelos acionistas, ao invés do que acontecia anteriormente, ou seja, os lucros resultantes da atividade da AMARSUL eram injetados na empresa, para permitir uma tarifa mais ou menos estável e haver dinheiro para fazer investimentos.

O anterior Governo fez mal e o atual, no seu compromisso eleitoral, prevê reverter o sistema que foi privatizado, pelo que se pretende uma tomada de posição, no sentido de o Governo PS conseguir reverter o processo e a AMARSUL volte a ser uma empresa com 100% de capital público.

Deu também conhecimento das muitas reclamações pela prestação do serviço após a sua privatização.

- Pedro Canteiro:

Entende que o assunto é da maior importância para todos os municípios, contudo, o documento apresentado tem muito na sua base a suposição, a previsão e não tem evidências concretas.

- Luiz Batista:

Referiu que este assunto já é recorrente na Assembleia Municipal, porém, o PSD continua a manter a sua posição inalterada e também não a vai mudar apenas por ser apresentada esta moção e ter mudado o Governo.

Com referência às reclamações pelo serviço prestado, informou que conhece muitos trabalhadores na empresa que estão satisfeitos e que lhe dizem que tudo corre da melhor forma.

Acrescentou ainda, que as Câmaras detêm 49% do capital e por isso terão sempre uma palavra a dizer em Assembleia Geral, denunciando junto do Governo e do Ministro do Ambiente, as situações que existam por incumprimento do compromisso assumido, dado isto não ter sido uma venda.

- Patrícia Figueira:

Frisou que o presente documento contém uma série de preocupações das quais comungam. Porém, o mesmo é meramente apresentado com base no pressuposto de que já existem dados objetivos e concretos que lhes permitam aferir se por exemplo, já houve despedimentos de trabalhadores em massa, um brutal aumento de taxas, entre outros.

Entende que a CDU tem um preconceito em relação à privatização “tout-court” e acrescentou que o CDS-PP de Alcochete não faz fretes ao CDS-PP nacional, inclusive neste assunto e lembrou que apesar da privatização, os municípios não se ter mecanismos para responsabilizar a EGF se se provar que há má gestão.

- Vereador Jorge Giro:

Depois de ouvir a argumentação do CDS-PP, entende que apenas andam à procura de um motivo – questão semântica – para não aprovar a moção.

Esclareceu anteriores intervenções, dizendo que os 49% que as Câmaras detêm não lhes dão poder para fazer valer os seus esforços, dado que a EGF é detentora de 51%.

Chamou a atenção para a taxa de gestão que é aplicada aos municípios, mas que estes não sabem para onde é canalizado o dinheiro, porque pelo menos 30% deveria ser reinvestido nos municípios, porém estes não veem nenhum investimento.

Informou ainda da reunião com o presidente do EGF que afirmou aquilo que o vereador também tem vindo a dizer, no sentido de que a AMARSUL não tem condições no momento, para cumprir o PERSUL.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 17 votos a favor da CDU e PS, 3 abstenções do CDS-PP e 2 votos contra do PSD.

PONTO 5 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA OS ANOS DE 2017/2020, ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2017 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2017

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Presidente da Câmara:

Sucintamente, referiu que estes documentos representam e traduzem o final de um ciclo político de doze anos (porque abandona o cargo de presidente no final deste mandato) mas que desde 2005 sempre teve subjacente a preocupação com o planeamento e

concretização de investimentos. Porém, infelizmente, este ciclo foi trespassado por uma crise económica e financeira que prejudicou sobremaneira a concretização integral da visão que o executivo tinha e que tem para o concelho de Alcochete.

Os documentos estão marcados pelo rigor, conjugado com a ambição, pela consolidação financeira da Câmara conjugada com a materialização e a realização de investimento. No rigor, são quase científicos do ponto de vista da previsão de receitas e despesas que se preveem para 2017 com as variáveis que daqui podem decorrer. Espera que o que resta em termos de execução de receitas e que tem que ver com o mês de dezembro se concretize, para que em abril se possa afirmar que a Câmara está numa situação de conforto financeiro, de prossecução de um caminho que a levará à estabilidade e saúde financeira assinalável.

Os investimentos estão na esteira da estratégia que têm vindo a implementar, ou seja, na reabilitação urbana e do espaço público, da ampliação da Escola da Restauração e requalificação dos espaços exteriores, à mobilidade urbana e intervenção social e o apoio às comunidades mais desfavorecidas, sendo investimentos que têm que ver com a criação de condições para que o concelho de Alcochete ainda se torne mais atrativo do ponto de vista do investimento, que cria emprego e gera maior estabilidade social e maior qualidade de vida, tendo sempre em atenção que será com o aproveitamento de Fundos Comunitários e com algum esforço financeiro próprio.

Informou ainda, que contrariamente ao expectável, a Câmara adquiriu e pagou ainda em 2016 uma varredoura mecânica para a Higiene e Limpeza e dois servidores para a Informática.

- Luís Batista:

Solicitou esclarecimentos sobre:

- Orçamentação da recuperação da EM 502, em 2016 e para 2017, em virtude de o presidente anteriormente ter referido que a realização desta obra estava dependente da necessidade de se adquirir uma nova viatura para recolha de lixo. A verba empurrada para 2017 servirá para adquirir a varredoura?

- Baixo esforço financeiro relativamente à requalificação das escolas, pelo que pergunta se a Câmara concorreu aos Quadros Comunitários do 2020.

- Quantas salas vão ser construídas de novo na Escola da Restauração e se esse número de salas corresponde a um aumento de oferta de salas para o concelho.

- Porque ficou inoperacional a anterior varredoura?

- Natacha Patinha:

Afirmou que para a bancada da CDU, os documentos apresentados são rigorosos e ambiciosos, porque refletem uma gestão responsável que tem sido seguida nos últimos anos e continuará a ser seguida em 2017. Foram elaborados com base na prudência, no equilíbrio e na transparência, em síntese:

- Manutenção da contenção de despesas para reforço das contas das finanças municipais; Continuidade de projetos municipais sem estrangulamento de ordem financeira e técnica; Manutenção da política dos impostos que será seguida.

- Pedro Canteiro:

Para a bancada do CDS-PP o Orçamento apresentado vem na linha dos anteriores, onde prevalecem as rubricas de projetos e manutenção, entendendo por isso, que fosse necessário fazer um Orçamento mais ambicioso.

Face ao apresentado, entende que a capacidade de execução da Câmara é muito reduzida e que é muito grande a diferença entre aquilo que a Câmara dispõe e o que são as reais necessidades, como é o caso da Escola da Restauração. As necessidades são grandes e para a sua bancada existem prioridades que passam muito por aquilo que se tem visto: a carga de impostos tem sido excessiva, e com isso a Câmara tem conseguido controlar a despesa, porém, existem uma série de serviços mínimos que estão na área do município que não são cumpridos, como é o caso da limpeza urbana, espaços verdes entre outros.

Acrescentou ainda, que também não vê espelhada a capacidade para atrair turismo para o concelho. Da obra de regeneração da Frente Ribeirinha, após um período curto após a sua inauguração, já só se podem congratular com a vista sobre o rio, porque olhando para trás, os espaços verdes estão degradados e as vias estão sujas e em más condições, chamando por isso a atenção para o facto de ser importante manter o que já existe e não só trazer novo investimento.

- Presidente da Câmara:

Na sua opinião, Pedro Canteiro descreveu um concelho e principalmente um Centro Histórico de Alcochete que ninguém conhece. A verdade, é o oposto, é completamente diferente e foi proporcionado por uma obra que teve esse efeito multiplicador na economia; a tal obra que o CDS-PP não faria e que teria optado por obras de menor envergadura. Esta obra marca a história do concelho e que constitui uma alavanca económico-financeira para o tecido económico local.

Esclareceu e elencou todas as obras que constam no PPI bem como a fonte de financiamento acoplado a cada uma delas.

Mantem a afirmação produzida em anterior sessão, quando afirmou que a Câmara caminha num trilho de sustentabilidade financeira, desejando que o mês de dezembro seja condicente com as suas expectativas e poder afirmar que em 2016 houve uma significativa redução da dívida de curto prazo, não compreendendo por isso como surgem notícias contrárias na comunicação social, mais concretamente no “Diário da Região”.

Nestes documentos também consta um novo modelo de gestão de espaços verdes, em virtude da política imposta pelo anterior Governo, porque claramente inclinou as necessidades para serem satisfeitas com recurso à iniciativa privada, não permitindo o recrutamento de mais trabalhadores. O vereador Jorge Giro foi o rosto das críticas

relativamente a uma decisão, que foi coletiva, dado não haver verbas para investir no que quer que fosse. Porém, chegou agora o momento em que é possível criar outras condições e assim, na freguesia de Alcochete serão os funcionários da Câmara a tratar dos espaços verdes e nas freguesias de Samouco e S. Francisco será celebrado um contrato de prestação de serviços com uma ou duas empresas, em função dos valores que sejam apresentados.

Salientou que nunca ouviram a Câmara afirmar que teria capacidade para suportar integralmente o esforço financeiro que resultaria das visões que candidataram ao PACTO, PEDUS, DLBC's e PAMUS, mas sim que a Câmara preferia ser criticada por tudo apresentar em termos de estratégia e depois ter que priorizar os investimentos, do que não apresentar e ser criticada por isso.

Quanto à Escola da Restauração, esta afirmou-se como uma prioridade e como já tinha um projeto que só necessitou de ser atualizado, está no momento a aguardar validação.

Relativamente ao pretense aumento que se verifica nos documentos previsionais, esclareceu que, formalmente os documentos têm este acréscimo em relação ao ano transato, na transição do exercício e com a entrada em vigor destes documentos, esse remanescente será absorvido pela faturação que existe com a SIMARSUL e a votação disponível será para 2017 e será quase em tudo equivalente à verba executada até 31 de dezembro. Ainda em relação à dívida à SIMARSUL, já se chegou ao ponto de o Tribunal considerar que há claramente um desequilíbrio e por isso estará a equacionar intimar a firma para apresentar as fórmulas que permitiram construir as tarifas, que a Câmara já solicitou mas que nunca foram disponibilizadas.

Durante a discussão do ponto, o presidente da Assembleia Municipal de Alcochete propôs que os trabalhos se prolongassem para além da hora regimental, o que foi aceite.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 14 votos a favor da CDU, 2 abstenções do PS e 5 votos contra do CDS-PP e PSD.

Fizeram declaração de voto:

- João Ricardo Lopes pelo CDS-PP;
- Pedro Louro pelo PSD;
- Miriam Boieiro pela CDU.

Iolanda Nunes ausentou-se após a votação da proposta.

De seguida, o presidente propôs a discussão conjunta dos pontos 6, 7 e 8 e a sua votação em separado, o que foi aceite.

Submetidos à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Frisou que num ano pré-eleitoral seria fácil fazer demagogia com a política tributária do município, contudo reduzir demagogicamente de 0,45 para 0,43 no IMI, seria prejudicar

a sustentabilidade já definida e aprovada pela Assembleia Municipal. Mantem-se a política fiscal porque se está no final da vigência do 2.º ano do PSF e está por mostrar que o IMI Familiar beneficie os agregados com menores rendimentos, antes pelo contrário, iria beneficiar agregados com mais rendimentos.

O processo de regeneração urbana da ARU em Alcochete é um processo de enorme sucesso que se pretende que venha a ter desenvolvimento no futuro.

Quanto à participação variável no IRS, a proposta vai no sentido da sua manutenção nos 5%, porque as evidências também demonstram que quem possui mais rendimentos é que seria desagravado e a redução dos rendimentos desta participação nos impostos do Estado, reduziria ainda mais as receitas municipais.

Em relação à Derrama, já foi por bastas vezes tratada nesta Assembleia mas continua a dizer que a Câmara não a entende como um imposto decisivo para a instalação de empresas onde quer que seja.

- João Lopes:

Afirmou que o CDS-PP defende desde o início uma matriz que os acompanhou desde a campanha eleitoral, que é a questão do imposto não pelo imposto em si, mas sim pelo facto de ser um sinal, às famílias e às empresas.

- Pedro Louro:

Apresentou duas propostas de alteração, as quais submetidas à discussão e votação, foram rejeitadas por maioria, com 14 votos contra da CDU, 2 abstenções do PS e 5 votos a favor do PSD e CDS-PP.

- Luiz Batista:

Em termos de IMI saudou os incentivos para a reabilitação nos núcleos da zona histórica das três freguesias, mas discordou das afirmações feitas pelo presidente da Câmara na introdução dos pontos, porque a Câmara não coleta mais porque não pode, sendo um saque ao bolso das pessoas, que não é inócuo, dado que em muitos casos o retorno dos serviços não correspondem àquilo que efetivamente se paga, sobretudo se comparado com outros municípios.

Disse ainda, que a Autoridade Tributária tem um documento onde estão plasmadas todas as taxas aplicáveis em termos do território nacional naquilo que à Derrama e IRC diz respeito, sendo que no distrito de Setúbal dos 13 municípios, existem 7 que concedem benefícios através do mecanismo de fixação de empresas. Alcochete neste momento, coleta por igual tanto as pequenas como as grandes empresas.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que o CDS-PP no cumprimento do Estatuto da Oposição, manifestou quais as suas propostas para inserir no PPI e em relação à política tributária disse nada e o PSD também no cumprimento do mesmo Estatuto nem sequer se manifestou. Porém,

em plena sessão e já com um Orçamento aprovado pela Câmara, com previsões de receita e de despesa, produziram um “show off” lamentável do ponto de vista político.

Tem convicção que estes partidos serão julgados por aquilo que não fizeram, pelo que não contribuíram e também pelo reconhecimento do mérito a quem é criativo e que tudo fará para tornar Alcochete um concelho com mais dignidade e maior qualidade de vida.

PONTO 6. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2018

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 16 votos a favor da CDU e PS e 5 votos contra do CDS-PP e PSD.

PONTO 7. LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2017

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 16 votos a favor da CDU e PS e 5 votos contra do PSD e CDS-PP.

PONTO 8. TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) A COBRAR NO ANO DE 2017 / DELIMITAÇÃO DOS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO, OBJETO DE OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA E COMBATE À DESERTIFICAÇÃO / FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMI E SITUAÇÕES DE RESPECTIVA MAJORAÇÃO, REDUÇÃO E ISENÇÃO PARA OS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALCOCHETE / FIXAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMT PARA A PRIMEIRA TRANSMISSÃO DE PRÉDIOS RECUPERADOS NOS NÚCLEOS ANTIGOS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALCOCHETE

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 16 votos a favor da CDU e PS e 5 votos contra do CDS-PP e PSD.

João Lopes fez declaração de voto em nome do CDS-PP, abrangendo os pontos 6,7 e 8.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal propôs a discussão conjunta dos pontos 9 e 10 e a sua votação em separado, o que foi aceite.

Submetidas à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereador José Luís Alfélua:

Esclareceu que estes pontos cumprem um formalismo da Lei dos Compromissos e que em relação à obra da EM 502, ganhou a firma classificada em 2.º lugar por desclassificação da empresa que ficou em 1.º lugar. A Câmara avançará provavelmente ainda no corrente ano.

O ponto 10, prende-se com a continuidade do Município no âmbito da eficiência energética e da emissão de CO2 (compromisso assumido pelo anterior executivo através do Pacto de Autarcas). Em 2015 fizeram-se intervenções em Samouco e S. Francisco e em em Alcochete.

- Luiz Batista:

Questionou da vantagem em fazer a obra através de concurso público e saudou a substituição das luminárias nas freguesias.

- Vereador José Luís Alfélua:

Esclareceu que a adjudicação pelo seu valor é feito através de um ajuste direto e não por concurso público em relação à segunda questão os Serviços confirmam que as poupanças são as indicadas, porém, mensalmente, não é possível aferir essas medições com rigor.

PONTO 9. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO PARA A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRAS PÚBLICAS “REPAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL 502” – PROC.º I -02/16 – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 10. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS LED EM REGIME DE LOCAÇÃO PARA 36 MESES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

PONTO 11. PROTOCOLO CELEBRADO ENTRE A ANMP E A EDP – ALTERAÇÃO DO ANEXO I AO CONTRATO TIPO DE CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE EM BAIXA TENSÃO

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereador José Luís Alfélua:

Esclareceu que os Anexos podem ser revistos de cinco em cinco anos e que em setembro a ANMP estabeleceu um acordo com a EDP, no sentido de alterar os Anexos, permitindo que estes passem a contemplar a introdução de luminárias de sistema LED, a sua tipologia e considerá-lo como material de uso corrente, para além de também definir os níveis de iluminação pública que este tipo de sistema deverá implementar na rede. Neste sentido, a Câmara foi contactada para estabelecer a formalização deste Anexo, tendo o mesmo, já ter sido aprovado em reunião de Câmara.

Apesar de esta alteração ser uma melhoria, a AML e grande parte dos municípios entende que esta podia ter sido muito maior. Ficou decidida a criação de um Grupo de Trabalho para aprofundar esta matéria e melhorar o documento.

Referiu ainda, que após a aprovação nesta Assembleia, a assinatura do Anexo ao contrato de concessão com a EDP ficará a aguardar pelo resultado das negociações e que poderíamos ainda ter de deliberar novamente sobre este assunto.

- Luiz Batista:

Em virtude de não se verificar urgência, sugeriu o adiamento da votação e congratulou-se pelo facto de as luminárias LED baixarem a fatura a pagar à EDP.

- Vereador José Luís Alfélua:

Face à sugestão de Luiz Batista, esclareceu que a concertação entre a AML e a ANMP se prevê resolvida num curto espaço de tempo.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram pedidos de intervenção.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

António Almeirim, lembrou a homenagem aos 40 Anos do Poder Local Democrático e ele que foi eleito em 12 de dezembro de 1976 e ainda hoje é autarca, não percebe porque não participaram os autarcas (à exceção dos do PCP e do Grupo Parlamentar “Os Verdes”) no 9.º Encontro de Autarcas de Freguesia”, a convite da Administração Central, considerando esta falta de comparência, uma tremenda falta de respeito.

Ainda a propósito, referiu que no início desta sessão, recebeu a mensagem do tesoureiro da Junta de Freguesia de Samouco comunicando-lhe que na reunião marcada com o PS e PSD para cumprir o Estatuto do Direito de Oposição, para além dele e do Secretário da Junta, ninguém apareceu por parte destes partidos. Entende que isto não se admite e que é falta de respeito.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 02:30 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: